

Expansão ameaça projeto original de Brasília

ANTÔNIO XIMENES

Brasília pode perder a condição de Patrimônio Histórico da Humanidade se não forem obedecidas as normas do projeto original de seu tombamento. Esta é a opinião do engenheiro Carlos Magalhães, genro do arquiteto Oscar Niemeyer, e coordenador regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico (IBPC) em Brasília. Hoje se realiza a quarta mesa-redonda do Brasília em Debate, seminário que discute a autonomia econômico-financeira da Capital da República. Magalhães, que dirige o IBPC no DF, órgão responsável por qualquer tipo de alteração no Plano Piloto, critica aqueles que apregoam mudanças nos espaços livres da área de tombamento. "Deve-se respeitar Brasília, sem abrir mão do seu projeto original", diz.

A chefe da Divisão Técnica do IBPC em Brasília, Célia Corsino, defende que se dê prioridade à construção de novos prédios nas Asas Norte, Sul e no Setor Hoteleiro. Célia Corsino acrescenta que a área tombada tem que ser preservada dentro das suas características. "Defendo que Brasília precisa



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



crescer e encontrar alternativas para o seu futuro. Mas o que tem que ser levado em consideração é o seu projeto original quanto ao paisagismo, urbanismo, arquitetura e, principalmente, em relação à qualidade de vida", ressalta.

Ana Cláudia Lima, do Núcleo de Promoção do IBPC de Brasília, salienta que o Plano Piloto tem hoje apenas 257 mil habitantes e está dentro do projeto original de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que estimaram que a Capital da República poderia ter até 500 mil habitantes. Ela diz que a superpopulação existe fora do perímetro tombado.

O arquiteto José Leme Galvão, que faz parte da equipe do IBPC, diz que é necessária uma política de desenvolvimento para o DF de uma forma global. Segundo ele, o Plano Piloto precisa "respirar" mais aliviado e não receber toda a demanda de trabalhadores que vêm buscar na área tombada o seu emprego. O arquiteto Fernando Madeira também integrante da equipe, defende que tem que se levar em conta o Plano Diretor da Cidade, que prevê a criação de um Instituto que gerenciaria o espaço urbano do Plano Piloto do DF. Madeira destaca, ainda, que o Instituto teria que ter autonomia política, para poder impedir que interesses de ordem econômica se sobrepujassem ao projeto original de Brasília.

30.04.92